

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2016

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. apresenta à Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis que foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, referente ao exercício de 2016.

O Relatório da Administração expõe os fatos, as decisões e as ações mais relevantes que contribuíram para o desempenho administrativo, financeiro e assistencial desta Instituição.

Atualmente, o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. possui a natureza jurídica de sociedade de economia mista, cujo controle acionário é exercido pela União Federal vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90, sujeita à Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76 e à Lei nº 4.320/64.

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. conhecido popularmente como Grupo Hospitalar Conceição (GHC), é composto por quatro hospitais, 12 postos de Atenção Básica e Saúde da Família, um Consultório de Rua, três CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde (Escola GHC). Todos os estabelecimentos ficam localizados em Porto Alegre, estando o Hospital Fêmina localizado no bairro Rio Branco (zona central) e os demais na Zona Norte da Capital. Com atuação 100% SUS, é uma estatal dependente vinculada ao Ministério da Saúde e atua nos termos de contratualização firmados com o Município de Porto Alegre, seguindo as diretrizes em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar. É o maior complexo de saúde do sul do país e responsável pela internação de mais de 58 mil usuários por ano. O GHC está de portas abertas para atender a população e garantir o direito constitucional de acesso à saúde.

Importantes avanços, tendo como foco o atendimento ao usuário, foram registrados no Grupo Hospitalar Conceição em 2016. A participação do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC) no projeto Paciente Seguro (um dos 15 hospitais selecionados no país), do Ministério da Saúde, corrobora a firme intenção da qualificação do cuidado em saúde com vistas a melhorar a segurança do paciente, diminuir o sofrimento e reduzir custos.

A parceria feita com o Hospital de Aeronáutica de Canoas (RS) tem como alvo a capacitação e a troca de experiências com profissionais do Hospital Cristo Redentor (HCR) para atendimento em acidentados com múltiplas vítimas. Inclusive, em 2016, o HCR realizou seu primeiro simulado de atendimento a múltiplas vítimas, envolvendo os diversos serviços da instituição a fim de testar a resposta a um evento como esse.

A primeira grande reforma em 50 anos da Maternidade do Hospital Conceição teve início em agosto, essa reestruturação prevê adequar os ambientes às mudanças no modelo de atenção previstas pela Rede Cegonha, beneficiando mães e bebês. A aquisição de novos equipamentos e a aplicação de novas técnicas cirúrgicas agregaram mais qualidade e segurança à assistência.

Também em 2016, o Comitê de Bioética do GHC lançou a Carta de Direitos dos Pacientes da Instituição, que orienta o corpo funcional e os pacientes para a realização das melhores práticas e cuidados às pessoas atendidas. Na área laboral, o GHC foi a primeira instituição pública a aderir à ampliação da licença-paternidade, que passou de 5 para 20 dias.

Já na área de gestão, uma significativa conquista ocorreu no ano: o GHC obteve o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos municipais, assim não está mais obrigado a recolher o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o que corresponde a uma economia de R\$ 27 milhões retroativos a 2011. Anteriormente, o Grupo já havia conquistado imunidade em relação aos impostos estaduais e federais. E, para fechar o ano, em 20 de dezembro, a instituição conquistou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que possibilita ao GHC uma economia de R\$ 547 milhões em tributos.

Reafirmamos que todos os avanços e conquistas alcançados se deram devido ao trabalho e à dedicação de cada um dos empregados e gestores empenhados em levar à população assistência integral, primando pela qualidade e segurança aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Porto Alegre, 10 de março de 2017.
A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1 - BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA	2016	2015		NOTA	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		129.628	129.398	PASSIVO CIRCULANTE		2.642.001	2.852.451
Caixa e equivalentes de caixa		37.088	35.074	Fornecedores		20.268	26.618
Contas a receber		35.190	46.242	Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	(11)	2.055.191	2.172.267
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(4.184)	(10.860)	Obrigações trabalhistas		28.804	32.544
Recursos a receber de órgãos governamentais		-	14	Obrigações tributárias		3	52
Estoques	(5)	10.519	10.759	Obrigações com órgãos governamentais		69	69
Adiantamentos a empregados		12.528	11.914	Provisões trabalhistas		103.763	124.816
Tributos a recuperar		1.153	1.024	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	409.345	472.356
Depósitos vinculados ou restituíveis	(6)	33.072	32.414	Subvenções e assistências governamentais	(14)	15.048	13.861
Outras contas a receber		10.653	3.117	Empréstimos e financiamentos	(15)	1.246	3.298
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(6.470)	(407)	Outras contas a pagar		8.264	6.570
Despesas antecipadas		79	107			526.918	544.093
ATIVO NÃO CIRCULANTE		376.208	300.936	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		381.954	422.445
Realizável a longo prazo	(7)	94.463	41.932	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	-	-
Investimentos	(9)	5.871	5.001	Tributos diferidos	(13)	-	5.389
Imobilizado	(10a)	274.982	253.111	Subvenções e assistências governamentais	(14)	144.641	115.059
Intangível	(10b)	892	892	Empréstimos e financiamentos	(15)	-	1.200
				Outras contas a pagar		323	-
TOTAL DO ATIVO		505.836	430.334	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(2.663.083)	(2.966.210)
				Capital social	(16)	7.446	7.446
				Reserva de reavaliação em bens próprios		19.363	18.783
				Ajustes de avaliação patrimonial	(17)	48.107	44.741
				Prejuízos acumulados		(2.737.999)	(3.037.180)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		505.836	430.334

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	NOTA	2016	2015
RECEITA BRUTA		1.358.704	1.259.552
Prestação de serviços		218.129	195.030
Subvenções para custeio	(14)	1.140.575	1.064.522
Deduções da receita bruta		(1.338)	(3.931)
Impostos sobre serviços	(11c)	(1.338)	(3.931)
RECEITA LÍQUIDA		1.357.366	1.255.621
Custo dos serviços prestados	(11c)	(1.392.742)	(1.312.917)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(35.376)	(57.296)
Receitas (despesas) operacionais		546.217	(239.216)
Despesas gerais e administrativas	(11c)	(134.529)	(126.724)
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas		(141.695)	(143.217)
Reversão de provisões	(11c)	237.839	17.141
Outras receitas operacionais	(11c)	584.602	13.584
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		510.841	(296.512)
Despesas financeiras	(11c)	(221.789)	(179.205)
Receitas financeiras	(11c)	10.953	57.103
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		300.005	(418.614)
Provisão para contribuição social	(11c)	(2.267)	-
Reversão de provisão para imposto de renda	(11c)	-	115.981
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(20)	297.738	(302.633)
LUCRO OU (PREJUÍZO) POR AÇÃO - EM R\$		2,63	(2,68)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

4 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2016	2015
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO atribuível a controladores	(20)	297.738	(302.633)
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL e/ou de IRPJ diferidos sobre a reserva de reavaliação	(13)	-	35
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL e/ou de IRPJ diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	(13)	-	107
Ganho patrimonial com baixa da provisão de IRPJ diferido sobre a reserva de reavaliação devido à imunidade tributária	(13)	-	2.776
Ganho patrimonial com baixa da provisão de IRPJ diferido sobre ajustes de avaliação patrimonial devido à imunidade tributária	(13)	-	12.591
Ganho patrimonial com baixa da provisão da CSLL diferido sobre a reserva de reavaliação devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS	(13)	964	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL diferido sobre ajustes de avaliação patrimonial devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS	(13)	4.425	-
RESULTADO ABRANGENTE atribuível a controladores		303.127	(287.124)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		7.446	16.357	33.240	(2.736.129)	(2.679.086)
Realização da reserva de reavaliação		-	(350)	-	350	-
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL diferida sobre a reserva de reavaliação	(13)	-	-	-	35	35
Ganho patrimonial com baixa de provisão de IRPJ diferido	(13)	-	2.776	12.591	-	15.367
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(1.090)	1.090	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL diferida sobre ajustes de avaliação patrimonial	(13)	-	-	-	107	107
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	(302.633)	(302.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		7.446	18.783	44.741	(3.037.180)	(2.966.210)
Realização da reserva de reavaliação		-	(384)	-	384	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(17)	-	-	(1.059)	1.059	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão da CSLL diferida devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social	(13)	-	964	4.425	-	5.389
Lucro do exercício	(20)	-	-	-	297.738	297.738
Saldos em 31 de dezembro de 2016		7.446	19.363	48.107	(2.737.999)	(2.663.083)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2016	2015
RECEITAS		2.174.944	1.284.116
Prestação de serviços		218.129	195.030
Subvenção para custeio	(14)	1.140.575	1.064.522
Outras receitas		822.861	31.321
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(6.621)	(6.757)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(211.654)	(205.823)
Custo dos serviços prestados		(183.079)	(173.283)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(11.065)	(14.349)
Provisão para indenizações cíveis		(17.510)	(18.191)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.963.290	1.078.293
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(10a)	(18.773)	(17.723)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.944.517	1.060.570
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		10.953	57.103
Receitas financeiras	(11c)	10.953	57.103
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.955.470	1.117.673
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.955.470	1.117.673
Pessoal		1.159.706	1.098.180
Remuneração direta		1.025.476	976.519
Benefícios		59.386	51.145
FGTS		74.844	70.516
Impostos, taxas e contribuições		266.299	134.956
Federais		264.734	130.467
Municipais		1.565	4.489
Remuneração de capitais de terceiros		231.727	187.170
Juros		221.789	179.205
Aluguéis		9.938	7.965
Remuneração de capitais próprios		297.738	(302.633)
Lucro (prejuízo) do exercício	(20)	297.738	(302.633)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTA	2016	2015
Lucro ou (prejuízo) do exercício		297.738	(302.633)
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(10a)	18.773	17.723
Perdas estimadas com investimentos	(9)	3	25
Reversão das perdas estimadas com investimentos	(9)	(873)	-
Lucro na venda de imobilizado		(41)	(14)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	6.621	6.757
Custo do imobilizado baixado		417	522
Realização das subvenções para custeio	(14)	(1.140.575)	(1.064.522)
Realização das subvenções para investimentos	(14)	(16.270)	(12.307)
Prejuízo do exercício ajustado		(834.207)	(1.354.449)
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em contas a receber		71	(6.156)
Redução (aumento) nos estoques		240	(1.866)
(Aumento) nos depósitos vinculados ou restituíveis		(658)	(1.033)
(Aumento) redução em outras contas a receber		(57.021)	1.903
(Redução) aumento nos fornecedores		(6.350)	3.181
(Redução) aumento em imp. e contrib. com exigibilidade suspensa		(117.075)	272.061
(Redução) aumento nas provisões para inden. cíveis e trabalhistas		(103.502)	36.555
(Redução) aumento em outras contas a pagar e provisões		(22.825)	6.475
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(1.141.327)	(1.043.329)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Compras de imobilizado	(10a)	(41.061)	(28.013)
Recebimento por venda de imobilizado		41	62
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(41.020)	(27.951)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Recebimento de subvenções para custeio	(14)	1.140.327	1.065.351
Recebimento de subvenções para investimentos	(14)	47.287	20.983
Credores por financiamento	(15)	(3.253)	(2.342)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		1.184.361	1.083.992
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.014	12.712
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		2.014	12.712
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.074	22.362
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		37.088	35.074
Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa		37.088	35.074
Disponibilidades em conta corrente		19.220	17.474
Disponibilidades em aplicações financeiras		17.868	17.600

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

8 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Juridicamente o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. é uma sociedade de capital fechado, empresa estatal dependente conforme define o art. 2º, inciso III da LC nº 101/00, controlada pela União Federal e vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação da Portaria nº 2.116 em 20 de dezembro de 2016 no Diário Oficial da União tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); (ii) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; (iii) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido e (iv) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas, em 2015. As contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Em 31 de janeiro de 2017 a diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013 e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10, de 25 de novembro de 2010.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15, e com o artigo 24 da Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014 (nota 4).

c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 5).

d) Investimentos

Os investimentos em fundos e em participações em outras empresas são adequados, anualmente, ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (nota 9).

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada conforme contrato vigente até 22 de setembro de 2015. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica - ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado (nota 10a).

f) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 10b).

g) Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa

São questionados em ações judiciais onde é solicitada a imunidade tributária (nota 11).

h) Tributos diferidos

Calculados sobre a reserva de reavaliação de 1997 e sobre os ajustes de avaliação patrimonial de 2010, com registros de reversões a partir de 2015, em função de obtenção de imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e em 2016, da isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em consequência do CEBAS (nota 13).

i) Provisões para contribuição social e imposto de renda

A partir de 2016, em função do CEBAS, o Hospital está isento da contribuição social sobre o lucro líquido, embora continue processando e registrando seu valor na despesa contra o passivo circulante que, por fim, é baixado para receita de gratuidade. Em 2015, a base de cálculo da provisão para contribuição social foi negativa, e com o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos a provisão para o imposto de renda deixa de existir desde então (nota 11).

NOTA 4 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2016				2015			
	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas/transf.	Total	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas/transf.	Total
Ativo Circulante								
Contas a receber								
Município de Porto Alegre	(6.556)	(4.307)	6.709	(4.154)	(4.215)	(2.341)	-	(6.556)
Órgãos públicos e outros entes - cessão de pessoal	(4.289)	-	4.289	-	(3.236)	(2.823)	1.770	(4.289)
Outros	(15)	(20)	5	(30)	(3)	(14)	2	(15)
Subtotal	(10.860)	(4.327)	11.003	(4.184)	(7.454)	(5.178)	1.772	(10.860)
Outras contas a receber								
Cessão de pessoal a Estados e Municípios	-	(2.063)	(4.063)	(6.126)	-	-	-	-
Cessão de Pessoal a outras entidades	-	(51)	-	(51)	-	-	-	-
Adiantamentos a empregados	(47)	(103)	87	(63)	-	(47)	-	(47)
Devolução e abatimento a fornecedores	(360)	(77)	207	(230)	(16)	(344)	-	(360)
Subtotal	(407)	(2.294)	(3.769)	(6.470)	(16)	(391)	-	(407)
Total	(11.267)	(6.621)	7.234	(10.654)	(7.470)	(5.569)	1.772	(11.267)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 5 - ESTOQUES

Contas	2016	2015
Almoxarifados	8.199	7.867
Farmácias	1.391	1.565
Subalmoxarifados	921	1.327
Estoques em poder de terceiros	8	-
Total	10.519	10.759

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas/descrição	2016	2015
Cíveis		
Saldo anterior	3.794	666
Depósitos	850	3.235
Transferência por reclassificação	-	(101)
Rendimentos	254	184
Baixa por devolução ao reclamado	-	(1)
Baixa por pagamentos ao reclamante	(478)	(189)
Subtotal	4.420	3.794
Trabalhistas		
Saldo anterior	28.620	30.715
Depósitos	84.740	76.242
Transferência por reclassificação	-	101
Rendimentos	1.885	2.044
Baixa por devolução ao reclamado	(1.459)	(681)
Baixa por pagamentos ao reclamante	(85.134)	(79.801)
Subtotal	28.652	28.620
Total	33.072	32.414

Preponderantemente referente a depósitos judiciais vinculados a ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante, em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar no montante de R\$ 31.526 em 2016 (R\$ 31.467, em 2015).

NOTA 7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	2016	2015
Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre)	36.792	-
Créditos e valores (convênio)	7	16
Cessão de pessoal a estados e municípios	3.951	4.069
Depósitos judiciais cíveis	103	95
Depósitos judiciais trabalhistas	34.290	35.306
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - COFINS	5.883	5.466
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - ICMS	1.068	986
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - Trib.Munic.	16.257	-
Créditos a receber de outras ações judiciais	63	63
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3.951)	(4.069)
Total	94.463	41.932

a) Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre/RS) - Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por prestações de serviços realizados pelo Hospital aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, através do município de Porto Alegre/RS, gestor do SUS no município, a título de complemento de faturamento, em função da tabela de pagamentos não cobrir os custos efetivos dos respectivos serviços hospitalares prestados pelo Hospital. Os valores devidos destes incentivos, no total de R\$ 28.224, deixaram de ser autorizados e repassados, oportunamente, pelo gestor do SUS ao Hospital, no período de outubro de 2012 a agosto de 2016, o que foi identificado, extemporaneamente, em dezembro de 2016, a partir de incremento de análises internas pelo Hospital e estudos do direito ao crédito até então não conhecido, e portanto, não pleiteado. O montante foi incluído em ação judicial de cobrança quando foram acrescidos ao processo, outros débitos vencidos e não recebidos referentes a período de outubro de 2015 a outubro de 2016, no valor de R\$ 8.568 totalizando o saldo de R\$ 36.792.

b) Créditos e valores (convênio) - Saldo de oito parcelas (vinte em 2015) de valor repassado à entidade conveniada no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado, o qual foi parcelado em sessenta meses. Destas, faltam ser recebidas vinte parcelas, estando as doze demais parcelas registradas no ativo circulante em outras contas a receber.

c) Cessão de pessoal a estados e municípios - São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas secretarias do estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 1.427 e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 1.791, Canoas, R\$ 213, Sapucaia do Sul, R\$ 215, Fortaleza, R\$ 305 em 2016 e em 2015 incluídos em ação judicial de cobrança. A única variação ocorrida foi à transferência de um valor a receber de R\$ 118 do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul para o ativo circulante por não estar incluído na ação judicial de cobrança.

d) Depósitos judiciais cíveis - Destinados a garantir pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização. Atualizados pelo índice de correção da poupança.

e) Depósitos judiciais trabalhistas - São para *recursos*, e estão depositados na Caixa Econômica Federal - CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

f) Créditos a receber de ações judiciais - Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito. Da COFINS está na fase dos precatórios, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS está vinculada ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 11 e dos tributos municipais também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral no valor de R\$ 22.145. Neste processo foi feito um acordo com o Município de Porto Alegre que envolveu a dação em pagamento do terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, já em uso, no valor de R\$ 5.889, a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 826, o compromisso de construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574 e o saldo de R\$ 6.856 a ser pago em duas parcelas iguais de R\$ 3.428, uma em 2018 e outra em 2019, bem como de fornecedores referente descumprimento de contrato no valor de R\$ 63.

g) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD - Referem-se à cessão de pessoal a diversas secretarias e municípios do Estado do Rio Grande do Sul e ao município de Fortaleza - CE. Todos com ação judicial de cobrança.

NOTA 8 - ATIVOS CONTINGENTES

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do CFC nº 1.180/09, de 24/07/2009, que aprovou a NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável referentes à ação de repetição de indébito originária do processo de imunidade tributária dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação) estimados em R\$ 15.443 em 2016 (R\$ 14.599 em 2015).

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Contas	2016	2015
Participações societárias	9.127	9.127
Em fundos de investimentos - FINOR e FINAM	2.160	2.160
Em outras empresas	89	89
Em outros investimentos - AHPA	6.878	6.878
Perdas estimadas	(3.256)	(4.126)
Em fundos de investimentos	(2.109)	(2.116)
Em outras empresas	(40)	(40)
Em outros investimentos	(1.107)	(1.970)
Total	5.871	5.001

O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre - AHPA refere-se a participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Tal participação gera ganho monetário indireto pelo serviço de lavanderia prestado com preço de custo do serviço acrescido de pequena margem de ganho para geração de algum capital de giro à Associação, que tem fins de demanda compartilhada de serviços específicos aos seus poucos e restritos associados, e não de lucro propriamente. Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada, anualmente, provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio social da AHPA apurado no balancete de novembro de cada ano, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no artigo 49 do estatuto social da Associação. Em 2016 houve reversão de parte da perda registrada no ano anterior.

NOTA 10 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado

Contas	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Imobilizado					
Terrenos	48.390	5.889	-	-	54.279
Edificações	120.280	-	-	41	120.321
Edificações em imóv. de terceiros	228	-	-	-	228
Benfeitorias em imóv. de terceiros	2.522	-	-	488	3.010
Instalações	40.259	-	(78)	1.104	41.285
Instalações em imóv. de terceiros	9	-	-	-	9
Máquinas e equip. hospitalares	129.796	9.908	(2.327)	1.012	138.389
Outras máquinas e equipamentos	6.543	366	(206)	-	6.703
Móveis e utensílios	17.211	911	(273)	298	18.147
Veículos	1.245	276	(270)	-	1.251
Equipamentos de proc. de dados	16.389	30	(506)	6.885	22.798
Construções em andamento	1.745	17.568	-	(1.145)	18.168
Construções em imóveis de terceiros	485	3	-	(488)	-
Outras imobilizações em andamento	7.284	6.110	-	(8.195)	5.199
Subtotal	392.386	41.061	(3.660)	-	429.787
Depreciação e amort. acumulada					
Edificações	(27.343)	(2.845)	-	-	(30.188)
Edificações em imóv. de terceiros	(228)	-	-	-	(228)
Benfeitorias em imóv. de terceiros	(555)	(46)	-	-	(601)
Instalações	(13.231)	(1.419)	78	-	(14.572)
Instalações em imóv. de terceiros	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e equip. hospitalares	(73.327)	(11.050)	2.004	-	(82.373)
Outras máquinas e equipamentos	(3.517)	(434)	175	-	(3.776)
Móveis e utensílios	(7.625)	(1.264)	219	-	(8.670)
Veículos	(971)	(96)	270	-	(797)
Equipamentos de proces. de dados	(12.469)	(1.619)	497	-	(13.591)
Subtotal	(139.275)	(18.773)	3.243	-	(154.805)
Total	253.111	22.288	(417)	-	274.982

a.1) Tempo de vida útil estimada dos bens

Contas	2016	2015
Imobilizado		
Edificações	10 a 60 anos	10 a 60 anos
Edificações em imóveis de terceiros	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50 a 60 anos	50 a 60 anos
Instalações	5 a 60 anos	5 a 60 anos
Máquinas e equipamentos hospitalares	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Outras máquinas e equipamentos	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Veículos	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	3 a 20 anos	3 a 20 anos

b) Composição do saldo e movimentação do custo do intangível

Contas	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Intangível	1.847				1.847
Software	955	-	-	-	955
Potencial construtivo	892	-	-	-	892
Amortização acumulada	(955)				(955)
Software	(955)	-	-	-	(955)
Total	892				892

b.1) Tempo de vida útil estimada dos bens

Contas	2016	2015
Intangível		
Software	3 anos	3 anos

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

Desde o ano de 2006, o Hospital demanda na justiça em busca do reconhecimento da imunidade tributária recíproca ao pagamento dos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, e o reconhecimento da imunidade em relação à incidência das contribuições previdenciárias federais, obtendo, até o presente momento, decisões judiciais suspendendo a exigibilidade de todos os tributos e a imunidade dos impostos pela sistemática da repercussão geral nos autos do Recurso Extraordinário nº 580.264/RS, no qual se discutiu o direito à imunidade aos impostos estaduais e reconheceu o direito à imunidade tributária recíproca para os hospitais em decisão transitada em julgado em 04 de novembro de 2013. Em relação às contribuições sociais, como não são alcançáveis pela repercussão geral, os processos em que se busca o reconhecimento da imunidade continuam em tramitação. Quanto às notificações fiscais do INSS, embora contestadas através de recursos administrativos ou judiciais estão com os pagamentos suspensos. As contribuições contabilizadas antes do efeito suspensivo estão acrescidas de multa e juros com base na taxa SELIC, aquelas apropriadas após, apenas de juros. O valor de INSS-Parcelamento teve suspenso o pagamento quando restavam 59 parcelas a serem pagas, estando estas acrescidas apenas de juros à taxa de 1% ao mês por ser constituído em UFIR.

a) Composição do saldo de 2016

Passivo Circulante	Principal	Encargos	Baixas	Total
Impostos	20.985	6.353	(27.338)	-
ISSQN	18.239	5.638	(23.877)	-
IPTU	2.746	715	(3.461)	-
Contribuições	1.809.799	791.998	(546.606)	2.055.191
INSS Patronal	1.376.950	587.025	(437.703)	1.526.272
INSS Terceiros	336.986	141.504	(107.906)	370.584
INSS Notif. fiscais	3.055	719	-	3.774
INSS parcelamento	4.392	6.430	-	10.822
COFINS	39.248	23.851	-	63.099
PIS/PASEP	8.463	5.173	(705)	12.931
CSLL	40.705	27.296	(292)	67.709
Total	1.830.784	798.351	(573.944)	2.055.191

Em maio de 2016 o Município de Porto Alegre reconheceu a imunidade recíproca e foram baixados R\$ 27.338 de IPTU e ISSQN, assim como a repetição de indébito foi reconhecida no ativo. Em 20 de dezembro de 2016, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.116, concedendo ao Hospital o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Com a certificação o Hospital passa a ser isento das contribuições previdenciárias, do PIS/PASEP sobre o faturamento, da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre as receitas vinculadas a atividade fim e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. A vigência do certificado foi reconhecida de forma retroativa a partir de janeiro de 2015, com base em parecer jurídico e as contribuições que estavam contabilizadas com o pagamento suspenso se tornaram isentas e foram baixadas em dezembro de 2016. A baixa totalizou R\$ 546.606 que somados aos impostos municipais baixados no decorrer do ano de 2016 perfaz o total baixado de R\$ 573.944.

b) Composição do saldo de 2015

Passivo Circulante	Principal	Encargos	Baixas	Total
Impostos	137.837	59.428	(172.868)	24.397
IOF	95	72	(167)	-
IRPJ	118.641	54.060	(172.701)	-
ISSQN	16.934	4.701	-	21.635
IPTU	2.167	595	-	2.762
Contribuições	1.576.385	571.485	-	2.147.870
INSS Patronal	1.192.586	419.332	-	1.611.918
INSS Terceiros	291.079	100.526	-	391.605
INSS Notif. fiscais	3.055	648	-	3.703
INSS parcelamento	4.392	6.158	-	10.550
COFINS	36.852	18.823	-	55.675
PIS/PASEP	7.978	4.086	-	12.064
CSLL	40.443	21.912	-	62.355
Total	1.714.222	630.913	(172.868)	2.172.267

Por força da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Receita Federal do Brasil reconheceram como indevida a cobrança de impostos federais anteriormente lançados contra o Hospital (IRPJ e IOF) totalizando R\$ 172.868.

c) Reflexos no resultado do exercício

Demonstração do resultado	2016			2015		
	Com exigibilidade suspensa	Outros custos e despesas	Total	Com exigibilidade suspensa	Outros custos e despesas	Total
Impostos sobre serviços	(1.338)	-	(1.338)	(3.931)	-	(3.931)
Custo dos serviços prestados	(201.124)	(1.191.618)	(1.392.742)	(226.070)	(1.086.847)	(1.312.917)
Desp. gerais e administrativas	(20.628)	(113.901)	(134.529)	(21.486)	(105.238)	(126.724)
Reversão de provisões	128	237.711	237.839	2.514	14.627	17.141
Outras receitas operacionais	20.599	564.003	584.602	95	13.489	13.584
Despesas financeiras	(221.498)	(291)	(221.789)	(178.696)	(509)	(179.205)
Receitas financeiras	6.225	4.728	10.953	51.027	6.076	57.103
Provisão para CSLL	-	(2.267)	(2.267)	-	-	-
Reversão da prov. para IRPJ	-	-	-	115.981	-	115.981
Total	(417.636)	(501.635)	(919.271)	(260.566)	(1.158.402)	(1.418.968)

Na demonstração do resultado está registrada a contrapartida dos impostos com exigibilidade suspensa registrados no passivo circulante. Na rubrica impostos sobre os serviços prestados está registrado o ISSQN, parte do PIS/PASEP e da COFINS, a outra parte está nas despesas gerais e administrativas. Da mesma forma no custo dos serviços prestados e nas despesas gerais e administrativas estão registradas as contribuições previdenciárias. Nas despesas financeiras estão os juros de todos os tributos suspensos. Nas receitas financeiras, em 2016, está registrada a baixa dos juros do ISSQN e do IPTU, e em 2015, do IRPJ e do IOF em função do reconhecimento da imunidade tributária. Na reversão de provisões, em 2016, estão registradas as multas do IPTU e do ISSQN, em 2015, os encargos legais do IRPJ baixados em função do processo de imunidade tributária. Em outras receitas operacionais foi registrada, em 2016, a baixa do ISSQN e do IPTU em função do processo de imunidade tributária, em 2015 o valor original do IOF devido ao processo de imunidade tributária. Na reversão da provisão para IRPJ, em 2015, está registrada a baixa do valor principal do IRPJ por imunidade tributária.

NOTA 12 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisões	Passivo			
	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Indenização trabalhista				
Saldo inicial	468.733	349.492	476.095	317.414
Provisão	100.145	24.041	86.654	38.372
Baixas/pagamentos	(98.109)	-	(85.682)	-
Transferências	12.700	(2.700)	6.294	(6.294)
Reversão	(84.408)	(58.694)	(14.628)	-
Saldo final	389.061	312.139	468.733	349.492
Indenização civil				
Saldo inicial	3.623	11.015	1.869	8.655
Provisão	2.020	2.108	1.736	3.365
Baixas/pagamentos	(1.203)	-	(987)	-
Transferências	112	(539)	1.005	(1.005)
Reversão	-	(1.373)	-	-
Saldo final	4.552	11.211	3.623	11.015
Indenização civil - imunidade				
Saldo inicial	-	61.938	-	54.212
Provisão	-	13.808	-	13.090
Baixas/pagamentos	-	(1.410)	-	(5.364)
Transferências	15.732	(15.732)	-	-
Saldo final	15.732	58.604	-	61.938
TOTAL	409.345	381.954	472.356	422.445

Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante, os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensão vitalício. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão é atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo circulante e não circulante conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável respectivamente. Em 2016 os valores registrados no passivo circulante se referem a 1.389 processos trabalhistas, 12 cíveis, sendo 4 referentes a honorários sobre imunidade tributária (em 2015, são 1.306, 13 e 4, respectivamente), em 2016, no passivo não circulante o valor contabilizado se refere a 1.714 trabalhistas, 43 cíveis e parte da provisão referente aos honorários de 4 processos sobre imunidade tributária (em 2015, 1.655 trabalhistas, 49 cíveis e 4 referentes a honorários sobre imunidade tributária). Os processos classificados com grau de risco possível, a seguir apresentados, não são contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.329/11, publicada no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2014, que alterou e consolidou a NBC TG25(R1).

Classificação de risco possível	2016		2015	
	Valor	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos
Processos cíveis	73.176	468	63.327	481
Processos trabalhistas	177.481	1.548	197.797	1.496
Total	250.657	2.016	261.124	1.977

NOTA 13 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Contas/descrição	Passivo não circulante					
	2016			2015		
	Reserva de Reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Reserva de Reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Contribuição social						
Saldo no início do exercício	(964)	(4.425)	(5.389)	(999)	(4.532)	(5.531)
Valor realizado no exercício	-	-	-	35	107	142
Valor baixado no exercício	964	4.425	5.389	-	-	-
Saldo final	-	-	-	(964)	(4.425)	(5.389)
Imposto de renda						
Saldo no início do exercício	-	-	-	(2.776)	(12.591)	(15.367)
Valor realizado no exercício	-	-	-	-	-	-
Valor baixado no exercício	-	-	-	2.776	12.591	15.367
Saldo final	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	(964)	(4.425)	(5.389)

Calculados sobre a reserva de reavaliação constituída em 1997 e sobre os ajustes de avaliação patrimonial registrados em 2010 ambos contabilizados a débito do patrimônio líquido e a crédito do passivo não circulante. Em 2016 com a obtenção do certificado de entidade beneficente de assistência social, em saúde, o Hospital passou a ser isento da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, e o valor que estava registrado no passivo não circulante como CSLL diferida foi baixado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido que totaliza R\$ 5.389. Em 2015 como não houve provisão para contribuição social o valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados, neste mesmo ano o Hospital passou a ser imune ao IRPJ e o valor contabilizado em exercícios anteriores, no montante de R\$ 15.367, foi baixado contra o patrimônio líquido.

NOTA 14 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Contas/descrição	Passivo			
	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Subvenção para custeio				
Saldo no início do exercício		-	292	-
Valor recebido no exercício	1.140.327	-	1.065.351	-
Valor registrado na receita	(1.140.575)	-	(1.064.522)	-
Saldo no final do exercício	873	-	1.121	-
Subvenção para investimento				
Saldo no início do exercício	12.740	115.059	9.983	109.140
Valor recebido ou apropriado no exercício	-	47.287	-	20.983
Transferências de longo prazo para o curto prazo	17.705	(17.705)	15.064	(15.064)
Realização no exercício	(16.270)	-	(12.307)	-
Saldo no final do exercício	14.175	144.641	12.740	115.059
Total	15.048	144.641	13.861	115.059

A Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, revogou a letra "d" do § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 que permitia registrar no patrimônio líquido as doações e subvenções para investimentos. Em cumprimento a referida legislação e também à Resolução nº 1.143/08, revogada e substituída pela 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07(R1), as subvenções recebidas do Ministério da Saúde são classificadas como: (i) subvenções para investimentos, contabilizadas no passivo e transferidas para o resultado do exercício, em conta retificadora da despesa de depreciação, na mesma proporção daquela despesa referente aos bens adquiridos com esses recursos, e (ii) subvenções para custeio, reconhecidas no resultado do exercício, como receita, quando utilizadas. Esta serve para custear despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas e parte da despesa com manutenção.

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contas/descrição	Passivo			
	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo no início do exercício	3.298	1.200	2.640	4.200
Valor dos juros	203	-	394	-
Transferências	1.200	(1.200)	3.000	(3.000)
Valor pago	(3.455)	-	(2.736)	-
Saldo no final do exercício	1.246	-	3.298	1.200

Refere-se a última parcela da compra de um imóvel de propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com vencimento em 30 de abril de 2017, adquirido no final de 2013 por R\$ 12.700, financiado em cinco parcelas atualizadas com base no IGP-M, se positivo. O imóvel está localizado praticamente em frente a sede da matriz do Hospital, onde a Central de Logística do Grupo Hospitalar Conceição está em fase de implantação.

NOTA 16 - CAPITAL SOCIAL

Acionistas	Quantidade de ações			Participação sobre o capital total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
	União Federal	108.511.622	4.530.000	
Adriana Denise Acker	6	-	6	0,000005 %
Total	108.511.628	4.530.000	113.041.628	100,00 %

Em 31 de dezembro, de 2016 e de 2015, o capital social de R\$ 7.446, subscrito e integralizado, é composto por ações sem valor nominal. As ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função da apuração de prejuízos que se acumulam ao longo dos anos. As ações de acionista minoritário foram cedidas para a Diretora-Superintendente, Adriana Denise Acker, enquanto no exercício do cargo, em substituição a Sandra Maria Sales Fagundes a título precário pelo próprio Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., em 09 de julho de 2016, em função do artigo 206, inciso I, letra "d", da Lei nº 6.404/76.

NOTA 17 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Contas	2016				2015			
	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Valor baixado no exercício	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado e baixado no exercício	Saldo no final do exercício	
	Em bens próprios							
Terenos	26.995	-	-	26.995	26.995	-	26.995	
Edificações	21.704	(932)	-	20.772	22.774	(1.070)	21.704	
Instalações	301	(75)	-	226	376	(75)	301	
Máquinas e equip. hospitalares	166	(52)	-	114	218	(52)	166	
Subtotal	49.166	(1.059)	-	48.107	50.363	(1.197)	49.166	
Provisão para CSLL e IRPJ	(4.425)	-	4.425	-	(17.123)	12.698	(4.425)	
Total	44.741	(1.059)	4.425	48.107	33.240	11.501	44.741	

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10, em 2010 foi apurado o *custo atribuído (deemed cost)* de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados, assim como os tributos incidentes sobre tais realizações. O não pagamento de impostos diferidos, imposto de renda e contribuição social, em função de base de cálculo negativa geraram ganhos patrimoniais contabilizados diretamente a crédito da conta de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 107 em 2015. Em 2016 a obtenção do CEBAS teve por consequência a baixa por isenção da CSLL no montante de R\$ 4.425 e a imunidade tributária do IRPJ obtida em 2015 ocasionou a baixa da provisão do IRPJ diferido, registrada originalmente no passivo não circulante e na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 12.698 (valor realizado R\$ 107 mais a baixa de R\$ 12.591).

NOTA 18 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em cumprimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/2016, art. 12, inciso I informamos no quadro a seguir a remuneração dos administradores e empregados incluindo os benefícios e as vantagens pagas aos empregados e um terço de férias pago aos diretores. Cabe destacar que na remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro conselho de administração.

Remuneração	2016			2015		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretores	29.083	21.812	22.600	29.083	21.812	22.418
Conselho de Administração	2.363	2.363	2.363	2.363	2.363	2.363
Empregados	33.763	1.532	7.687	33.763	1.439	6.788
Empregados – salário base	16.687	1.181	3.609	15.892	1.124	3.416

NOTA 19 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 01 de agosto de 1998 o *Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios*, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A. Participam do plano 21 empregados em 2016 (23, em 2015). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997 revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2016 as contribuições do Hospital foram de R\$ 557 (R\$ 570 em 2015).

NOTA 20 - LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado à suspensão dos pagamentos das contribuições, entre as quais as contribuições previdenciárias da cota patronal e de terceiros os valores correspondentes, destinados ao seu pagamento não foram repassados pelo governo federal, portanto não estão registrados na receita, conforme determinação contida no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013 e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10, de 25 de novembro de 2010, enquanto que a dívida permanece registrada no passivo circulante a pagar. Com a isenção das contribuições previdenciárias e do PIS/PASEP obtida com o CEBAS, em 20 de dezembro de 2016 aplicada retroativamente a janeiro de 2015 foram baixados em 2016, referente ao ano anterior os valores das citadas contribuições, acrescidos dos juros no montante de R\$ 302.983 e dos encargos previdenciários das provisões de férias, indenizações trabalhistas e licença prêmio no valor de R\$ 146.826, totalizando R\$ 449.809 que contribuí significativamente para a formação do lucro de R\$ 297.738. As contribuições referentes ao ano de 2016 por terem sido baixados durante o exercício não geram impacto no resultado. Em 2015, pelos mesmos motivos, as contribuições previdenciárias acrescidas de juros no montante de R\$ 375.379 permaneceram registradas no passivo e na despesa, contribuindo, substancialmente, para a formação do prejuízo apurado no exercício, no montante de R\$ 302.633. Contribuíram também, de maneira significativa, as provisões para férias (menos os adiantamentos) e indenizações trabalhistas no montante de R\$ 127.456 registradas na despesa sem contrapartida na receita de subvenção para custeio de pessoal, que é recebida e contabilizada somente no mês do pagamento dessas despesas. O impacto total no prejuízo é de R\$ 502.835.

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros e assim atende, principalmente, ao princípio contábil da continuidade.

Ativos	2016	2015
Incêndio, explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza	226.581	184.680
Roubo e ou furto de bens	1.532	1.619
Responsabilidade civil operações	710	500
Veículos	840	840
Total	229.663	187.639

NOTA 22 – ISENÇÃO USUFRUÍDAS

Em 20 de dezembro de 2016 a sociedade obteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) através da Portaria nº 2.116, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 45. A Constituição Federal estabelece em seu art. 195, § 7º que *"são isentas de contribuição para a seguridade social às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei"*. Estão compreendidas entre as contribuições isentas: as contribuições incidente sobre a folha de pagamento destinadas a Previdência Social - patronal e terceiros (incluindo os riscos ambientais do trabalho - RAT e o salário educação) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (incidente sobre o faturamento) e para o PIS/PASEP. Também o art. 15 da Lei nº 9.532/97 isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ as instituições de caráter filantrópico, entre outras, que prestem serviços para os quais foram instituídas e os coloco a disposição, sem fins lucrativos. A incidência da contribuição para o PIS/PASEP sobre a folha de salários de que trata a MP nº 2158-35/2001, cujo recolhimento seria obrigatório às entidades de assistência social, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 639.941/RS, julgado pela sistemática da repercussão geral, havendo Parecer da PGFN (NOTA/PGFN/CASTF/Nº 637/2014) dispensando a contestação e os recursos sobre a matéria, e vinculando a Receita Federal do Brasil tal entendimento. O CEBAS classifica-se como um Ato Administrativo Declaratório onde a autoridade administrativa reconhece um direito já existente. Os efeitos contábeis da obtenção do CEBAS retroagiram a 1º de janeiro de 2015, data do início do exercício anterior ao requerimento da certificação, realizado em maio de 2016, com base em parecer jurídico. Os valores correspondentes às contribuições antes apropriadas, agora isentas, foram baixados do passivo circulante em dezembro de 2016 e creditados na receita nas contas de gratuidades (R\$ 531.230 - valor original), receita eventual (R\$ 647 - PIS/PASEP) e reversão de provisão (R\$ 228.645 - juros), demonstrados no quadro a seguir:

Receitas	2016	2015
Gratuidades	531.230	-
Do INSS patronal	424.179	-
Do INSS terceiros	104.784	-
Da CSLL	2.267	-
Receita eventual	647	-
PIS/PASEP	647	-
Reversão de provisão	204.514	-
Do INSS patronal	46.249	-
Do INSS Terceiros	11.352	-
Da CSLL	29	-
Do PIS/PASEP	58	-
Da provisão para indenização trabalhista	118.971	-
Da provisão para férias	27.814	-
Da provisão para licença prêmio	41	-
Total	736.391	-

O reflexo no resultado do exercício de todos os valor baixados em 12/2016, com a obtenção do CEBAS é de R\$ 736.391. No entanto também foi registrada a baixa da CSLL diferida registrada no passivo não circulante e no patrimônio líquido, em anos anteriores, no montante de R\$ 5.389 e a CSLL estimada registrada no ativo circulante e no passivo circulante, referente janeiro de 2016, no valor de R\$ 263, sem gerar reflexo no resultado do exercício.

NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e até a data do fechamento das demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

NOTA 24 – DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.303/16 informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Produção/Quantidade	2016	2015	Variação %
Consultas	1.456.373	1.477.264	-1,41
Exames	4.280.626	4.173.457	2,57
Internações	57.778	57.395	0,67
Cirurgias	32.489	32.328	0,50
Partos	7.614	8.014	-4,99
Indicadores hospitalares			
Média de permanência	7,90 dias	7,90 dias	-
Taxa de ocupação Hospitalar	85,00 %	84,90 %	0,10
Taxa de mortalidade Hospitalar	4,60 %	4,40 %	0,20
Valor da Receita Bruta	1.358.704	1.259.552	7,87

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência a saúde aos usuários do SUS. Desse modo os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados a capacidade de atendimento e a demanda da população. Quanto ao valor da receita bruta composta pelos valores recebidos da subvenção para custeio, destinada ao pagamento de salários, encargos e indenizações trabalhistas e da receita de prestação de serviços a variação se justifica basicamente pelo acréscimo dos salários por dissídios e dos valores da prestação de serviços referidos na nota 7 letra "a".

NOTA 25 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (nota 14) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Adriana Denise Acker
Diretora-Superintendente
CPF nº 542.756.360-15

Mauro Fett Sparta de Souza
Diretor Técnico
CPF nº 208.597.830-49

Ibanez Ferreira Filter
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 256.508.070-00

Rozinha Topanotti Trentin
Contadora CRC/RS 41.119
CPF nº 257.247.890-00

8 - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** (Hospital), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Hospital, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 25 às demonstrações contábeis, que descreve os efeitos do montante de R\$ 2.663.083 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 14. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Hospital, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Contábeis do Hospital. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 29 de janeiro de 2016 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Hospital é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Hospital continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Hospital são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Hospital.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, RS, 10 de fevereiro de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

9 - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, do Parecer da Auditoria Externa, Exacto Auditoria Sociedade Simples, tudo referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, DECIDE, por maioria de votos (abstenção do Suplente do Conselho Representante dos empregados), recomendar, à Assembleia Geral de Acionistas, a aprovação das Contas do exercício de 2016, do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. – CNPJ nº 92.787.118/0001-20, por estarem formalmente adequadas.

Brasília - DF, 08 de março de 2017.

Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo
Conselheira de Administração

Paulo Roberto Vanderlei Rebelo Filho
Conselheiro de Administração

Adriana Denise Acker
Conselheira de Administração

Thais Barboza de Souza
Conselheira de Administração

Alberto Beltrame
Presidente do Conselho de Administração

10 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Exacto Auditoria S/S - Auditores Independentes, datado de 10 de fevereiro de 2017, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, é de opinião que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

Registre-se, outrossim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2016 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Brasília, 10 de março de 2017.

Aronaldo Bomfim Rosendo
Conselheiro Fiscal

Maurício Cardoso Oliva
Conselheiro Fiscal

Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Conselheiro Fiscal